

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Contradições da implantação de Energia Renovável

Fernanda da Silva Almeida[1]
Éric Eduardo Santos Silva[2]
Fátima Crislaine Batista Rocha[3]

Palavras-chave: Natureza; Sociedade capitalista; Conflitos territoriais.

INTRODUÇÃO

A crescente utilização do discurso do *desenvolvimento sustentável* nas políticas públicas e privadas têm motivado importantes questionamentos ambientais sobre suas reais objetividades na relação com a natureza. Derivado do latim *sustentare*, o termo[4], segundo Resende e Tristão (2017), remete à ideia de conservar ou manter algo em equilíbrio, o que, aplicado às relações entre sociedade-natureza em questão, não confere centralidade à noção de sustentabilidade real sobre os rumos do desenvolvimento exploratório e econômico da natureza pelo modo de produção capitalista.

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou destaque internacional a partir das conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992. Sua formulação clássica, apresentada no Relatório de Brundtland (CMMAD, 1988), define-o como a capacidade de atender às necessidades

[1] Licencianda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), atua como bolsista de iniciação científica pelo CNPq.
[2] Licenciando em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
[3] Professora do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Vinculada ao Departamento de Geografia (DG/UESB).
[4] A palavra sustentabilidade tem origem no termo latino *sustentare*, que significa "sustentar", "manter", "conservar" ou "apoiar". Conforme registra o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (HOUAISS, 2001), sustentare deriva do verbo *tenere*, que remete à ideia de "segurar", "reter" ou "manter firme". Nesse sentido, o termo carrega a noção de fornecer suporte, garantir a continuidade e zelar pelo equilíbrio necessário à permanência de algo em condições adequadas de funcionamento ou existência.

vitais das gerações atuais sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Apesar de sua ampla aceitação, essa concepção tem sido alvo de críticas, sobretudo quanto à dificuldade em equilibrar seus três pilares — econômico, social e ambiental — dentro de uma lógica de desenvolvimento pautada pelo modo de produção capitalista[5].

Busca-se compreender de que maneira esses empreendimentos ditos renováveis, pautados em discursos de sustentabilidade, reconfiguram o uso e a posse da terra, e transformam as relações ambientais locais em conflitos territoriais, sobretudo em áreas, tradicionalmente, ocupadas por populações camponesas e tradicionais.

Este tem resumo tem a finalidade de ressaltar a inviabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável, ao adotar uma abordagem qualitativa, que permite um ensaio dos processos sociais da/na natureza. A breve fundamentação teórica está ancorada no Método do Materialismo Histórico Dialético, tendo por base *insights* sobre a obra *Meio Ambiente das Ciências Humanas* do autor Antônio Carlos Robert De Moraes, articulando-se com os conteúdos debatidos na disciplina *Interpretação das Espacialidades em Análise Regional* do curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

Portanto, trata-se de apresentar a problemática, pela sua relevância teórica, mas sem aprofundar na sua empiricidade e multidisciplinaridade, pelos limites empíricos sobre este conteúdo em maturação. Os procedimentos investigativos adotados, portanto, consistem em levantamento bibliográfico e análise documental, com uma discussão crítica das dinâmicas ambientais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os discursos de desenvolvimento sustentável revestem interesses burgueses, que deterioram a relação metabólica da natureza. O Relatório de Brundtland (CMMAD, 1988), que serviu para difundir o discurso da sustentabilidade, também presente nas diretrizes das políticas públicas brasileiras, em sua prática, visam a inserção tecnológica no campo, que nega, concretamente, o território de reprodução das comunidades camponesas.

Em 2024, a Bahia se destacou como um dos líderes nacionais na geração de energia elétrica. Segundo informações veiculadas no *site* da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) em 2024: “a Bahia, com o melhor resultado de geração de energia elétrica pela fonte solar fotovoltaica no ranking regional em 2024, possui participação correspondente a 17% do seguimento nacionalmente” e “Os Estados da Bahia e Rio Grande do Norte lideram o ranking nacional de geração de energia neste setor, com Fatores de Capacidade médio anual de 40% e 33%, respectivamente”. Esse protagonismo baiano foi impulsionado, principalmente, pela ampliação dos parques eólicos e solares.

A ausência de diálogo e de processos participativos efetivos reforça a lógica da imposição e da invisibilização, típica das estratégias de expansão do capital.

Aponta-se que a crise ecológica contemporânea está, estruturalmente, relacionada à crise do capital, que, afasta o sujeito da natureza por meio de processos de expropriação, apropriação e mercantilização (Aguiar, 2012). Nesse processo, a tecnologia é o principal ator sobre a natureza, retirando a centralidade dos sujeitos e reproduzindo desigualdades sociais. A tendência desse processo de mecanização da natureza é reproduzida e legitimada na universidade, reduzindo os sujeitos enquanto “ação antrópica” (Moraes, 1997). Essa abstração

[5] FOLADORI, G. Desenvolvimento sustentável: uma crítica. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 65-80, 2001. e MONTIBELLER-FILHO, G. **Sustentabilidade e política ambiental: desafios teóricos e práticos do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

epistemológica ocorre de forma proposital, pois encapsula a centralidade política dessa problemática ambiental.

A unidade sociedade-natureza é proporcionada pelo trabalho humano, conforme apontado por Souza *et. al.* (2016, p. 287) na seguinte afirmação: "Assim, é através do trabalho que o homem (que se torna ser social) entra em contato com a natureza, transformando a natureza e a si mesmo, as duas condições materiais de existência e a de toda sociedade". Porém, durante o processo de expropriação, apropriação e mercantilização, "[...] a natureza, apesar de ser ponto de apoio e suporte das sociedades humanas, é reduzida a um patamar de subordinação no capitalismo" (Aguiar e Bastos, 2012, p. 85). Essa realidade se manifesta quando, desta forma, sob subsídio intelectual, a natureza é transformada em fundos territoriais, desconsiderando os sujeitos históricos.

Observa-se a devastação[6] da vegetação nativa da Caatinga, bioma de alta vulnerabilidade. As contribuições de Moraes (1997), Aguiar (2012) e Souza *et. al.* (2016) são contribuições indispensáveis para debater o meio ambiente e sua relação com o espaço e território:

> [...] a formação do Estado no Brasil vai estar continuamente marcada por uma forte orientação de cunho geopolítico: garantir a soberania e a integridade dos fundos territoriais será sempre sua missão básica. Daí um aparelho de Estado construído tendo por referência o domínio do território e não o bem estar do povo. Isso se ilustra numa máxima que atravessa a ação estatal ao longo de nossa história: tutela do povo em nome da integridade do espaço (Moraes, 1997, p. 15).

Os projetos de energia renovável, reproduzem práticas de espoliação territorial que aprofundam desigualdades sociais. A retórica da "energia limpa", ao ser dissociada da justiça social e ambiental, contribui para o avanço de um modelo de desenvolvimento excludente, que viabiliza mais a sua insustentabilidade metodológica do que a sustentabilidade do meio ambiente (Conceição, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora amparados por uma retórica de modernização energética e sustentabilidade ambiental, tais projetos têm reproduzido lógicas históricas de expropriação, exclusão territorial e invisibilização das comunidades camponesas e tradicionais. Compreende-se que o interesse econômico e urbano envolve a dimensão ambiental, revelando a tendência do Estado Patrimonial, aprofundando as desigualdades ao longo da expansão do Capital. Torna-se imprescindível repensar os fundamentos que orientam as políticas energéticas no Brasil, especialmente em territórios historicamente vulnerabilizados. A construção de alternativas ambientais exige a superação da lógica puramente mercadológica, logo da valorização da relação sociedade-natureza, e a superação deste modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. A.; BASTOS, R. K. X. A crise ecológica e o modo de produção capitalista: uma leitura crítica. **Revista NERA**, v. 14, n. 17, p. 93-108, 2011.

[6] GGN. **Complexo solar na Bahia aumenta desmatamento da Caatinga**. Jornal GGN, [S. l.], 20 mar. 2023. Disponível em: https://jornalggn.com.br/meio-ambiente/complexo-solar-bahia-aumenta-desmatamento-caatinga/. Acesso em: 17 abr. 2025.

BAHIA**.** Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Bahia lidera geração de energia elétrica no Brasil no 1º semestre de 2024**. Salvador: SDE, 2024. Disponível em: https://www.sde.ba.gov.br. Acesso em: 9 abr. 2025.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **Revista Esforia: Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, ano**, v. 2, p. 79-91, 2004.

FOLADORI, G. Desenvolvimento sustentável: uma crítica. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 65-80, 2001.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MONTIBELLER-FILHO, G. **Sustentabilidade e política ambiental: desafios teóricos e práticos do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RESENDE, J. C.; TRISTÃO, M. Desenvolvimento sustentável: fundamentos e reflexões críticas. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 15, n. 1, p. 50-60, 2017.

SOUZA, S. T., SANTOS, J. R. D. dos, ROCHA, F. C. B., LEAL, V. A. S. A categoria Trabalho na ciência geográfica. O contexto do pensamento crítico. **Revista Pegada**. vol. 17, n.1, 2016.